

AS OBRAS CONTRA AS SECAS E A INTERIORIZAÇÃO DA BUROCRACIA: A AÇÃO DO DNOCS NO SERTÃO DA PARAÍBA*

Fernanda Lucchesi **

© INSTITUTO DE INVESTIGACIONES ANTROPOLÓGICAS DE CASTILLA Y LEÓN, Salamanca | 2016.

Abstract This article is part of the doctoral research in course in PPGAS/USP. The main object of the research is to analyze the actions of the National Anti-Drought Works Department (Dnocs) in the county of Coremas, state of Paraíba, through the new dynamics instituted by the Department with the construction of the Coremas-Mãe D'Água System, that started in 1930. The System is formed by the lakes of two contiguous dams and was considered the biggest Brazilian reservoir until the 1960s. This article is divided in three parts. The introductory part analyses the construction of a drought discourse that defines the drought as the main problem of the Northeast states and guides the public policies for this region. In the second part, we will consider the role of José Américo de Almeida both in formulating and spreading a local version of the drought discourse, thought his literary and official works, and in elaborating and executing public policies. In the third part, we indicate some of the impacts caused by the installation of Dnocs in Coremas through the analysis of the documents found in the archives of Dnocs offices in Coremas and João Pessoa and interviews with Coremas locals.

Keywords: Drought, Dnocs, Coremas.

Resumo: O presente trabalho é parte de pesquisa de doutorado, em curso no PPGAS/USP, cujo objetivo é analisar a ação do Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas (Dnocs) no município paraibano de Coremas, através das novas dinâmicas instituídas pelo órgão a partir da década de 1930, com a construção do Sistema Coremas-Mãe D'Água. Formado pelos lagos de duas barragens contíguas, este foi o maior reservatório brasileiro até a década de 1960. O texto foi dividido em três partes. Na parte introdutória, é destacada a construção de um discurso sobre as secas, que define o fenômeno como o problema do Nordeste, orientando as políticas públicas para a região. Na segunda parte, será ainda analisado o papel do pensamento de José Américo de Almeida, tanto na formulação e divulgação de uma vertente paraibana do discurso da seca, através de seus textos literários e oficiais, como na elaboração e execução de políticas públicas. Por fim, serão apontados alguns dos impactos da instalação do Dnocs em Coremas, a partir da análise do material encontrado nos arquivos do Dnocs, em Coremas e João Pessoa, e em entrevistas realizadas em campo.

Palavras-chave: Seca, Dnocs, Coremas.

ASECA COMO QUESTÃO POLÍTICA

A era de 77 figura como um ponto de referência no passado dos paraibanos, no seu calendário de calamidades.

Toda a psicologia desse povo ficou sendo dominado pelo conceito da seca.

A Paraíba e seus Problemas (ALMEIDA, 1994: 206-207)

A seca de 1877 é considerada como um marco na história das secas. Durante os anos de 1877-79, meio milhão de nordestinos deixaram suas terras e foram contabilizadas 200 mil mortes

(POMPONET, 2010: 2). Para Cunniff (1975), mesmo descontados os exageros característicos da literatura, as evidências não deixam dúvida de que a "Grande Seca" foi uma catástrofe de grandes proporções.

Embora as secas já fossem registradas desde o século XVII, com grande número de perdas (SUDENE, 1979), em 1877, o fenômeno adquiriu relevância nacional. Ao analisar as razões que tornaram essa seca um "marco", Durval Albuquerque Júnior chama atenção para o fato de que sua abrangência e duração foram menores do que de secas anteriores, cujas taxas de mortalidade haviam sido tão grandes ou mesmo maiores. Ao contrário destas, porém, a "Grande Seca" atingiu em cheio as elites, que enfrentavam um período de crise econômica,

* Trabalho apresentado no GT 14 – Abordagens Antropológicas do Estado, IV ENADIR/2015.

** PPGAS-USP.

levando parte destas à falência e causando "pânico e indignação contra a falta de proteção que lhe foi negada pelo Império, o qual cobria de benesses as outras províncias". Além desse fato inédito, o autor destaca o papel da imprensa na "reelaboração" da imagem da seca (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1995: 116).

Um dos fatores que contribuiu para a divulgação e nacionalização do problema foi a divulgação da "catástrofe" na imprensa da corte, através de uma série de artigos de José do Patrocínio, que havia sido enviado para cobrir a seca no Ceará. Além dos artigos escritos, a revista *O Besouro* reproduziu, em 1878, fotos realizadas pelo cearense Joaquim Antônio Corrêa retratando vítimas da seca, uma iniciativa pioneira no fotojornalismo brasileiro (ANDRADE; LOGGATO, 1994).

As notícias sobre os efeitos da seca também sensibilizaram o imperador. Na *Fala do Trono* de 1877, o imperador caracterizou a seca como um "flagelo" e defendeu políticas para minorar os efeitos "de tamanha calamidade" (ARTIGAS DE GODOY, 2013). A partir desse momento, a própria seca tornou-se uma questão política (LEWIN, 1993). Segundo Albuquerque Júnior (1988, 1995), o principal acontecimento resultante desse evento foi a "invenção" de um "discurso da seca" que transformou o fenômeno no principal problema do Nordeste.

Uma característica que chama atenção, nas mais variadas produções sobre a seca e seus efeitos, é o que Cunniff denomina de "exagero retórico" (CUNNIFF, 1975). Tanto telegramas de presidentes de província como cordéis, romances, comunicações de políticos locais, textos jornalísticos, ensaios científicos e mesmo algumas produções técnicas carregam nas tintas ao máximo no sentido de pintar uma situação de calamidade pública.

Apesar de o discurso da seca mobilizar recursos e políticas desde o marco de 1877, a primeira instituição nacional de combate aos efeitos das secas, a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), subordinada ao Ministério da Viação, foi criada apenas em 1909¹. Também pela primeira vez, recursos do Tesouro Nacional garantiram os meios para que os estados nordestinos construíssem estradas regionais,

facilitando o escoamento da produção, principalmente do algodão (LEWIN, 1993).

JOSÉ AMÉRICO, O «MINISTRO DAS SECAS E PAIDABAGACEIRA»

– O nosso Ministro, mulher, quem houvera de ser mais? Você não sabe que depois de Epitácio só elle se lembrou de nós? E é porque é daqui. Diz o povo, Marica, que elle escreveu um livro todinho contando a sêcca.

– Elle já foi "retirado", Zé?

– Você é besta Mariquinha. Elle é um doutor formado. Diz o povo que inventou as histórias de cabeça, como a gente faz conta... Mas eu já ouvi lêr um pedaço do livro na goiabeira de compadre Luiz Silva e foi tal qual o que nós passemos...

A Barragem (MARIZ, 1994)

Com relação ao montante de verbas destinado ao órgão de combate às secas, destacam-se os períodos em que o paraibano Epitácio Pessoa esteve na presidência da República e que, o também paraibano, José Américo de Almeida esteve à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas, sendo considerados "redutores de seu povo".

Epitácio foi o primeiro a realizar um plano de açudagem pública e de construção de rodovias na Paraíba. A soma dos investimentos feitos no Nordeste, no primeiro ano de seu governo, em 1919, alcançou a cifra de 145.947 contos de reis. O valor para o ano de 1918, último ano da gestão de Venceslau Brás, havia sido de 2.326 contos de reis (POMPONET, 2010: 3). Muitas obras foram paralisadas com o fim de seu mandato, em 1922, e retomadas apenas com a entrada de José Américo no Ministério da Viação, em 1930.

O livro escrito pelo «Ministro», ao qual o protagonista do romance *A Barragem* se refere na epígrafe acima, é o ensaio *A Paraíba e seus Problemas*, publicado em 1923 e escrito por encomenda do então governador do estado, Sólton de Lucena, que pretendia homenagear Epitácio Pessoa registrando as benfeitorias por ele promovidas na região. Talvez como nenhum outro autor, José Américo foi responsável pela versão paraibana do "discurso da seca" de que fala Albuquerque Jr.

Comentando sobre *A Paraíba e seus Problemas*, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em 1967, José Américo destaca que o livro deveria ser um memorial do plano empreendido por Epitácio,

1. O IOCS tornou-se IFOCS (Inspetoria Federal) na gestão do paraibano Epitácio Pessoa, em 1919, e, depois, DnoCS (Departamento) em 1945, sob o governo Getúlio Vargas.

com a finalidade de evitar que esse fosse suspenso por seu sucessor.

Antes de proceder à descrição das obras daquele que qualifica como "super-homem", José Américo busca provar que as secas são fenômenos caracterizados pela irregularidade das chuvas e seus efeitos poderiam ser remediáveis através de medidas preventivas, como o armazenamento de água em grandes reservatórios. O autor lança mão de vários estudos científicos sobre os aspectos físicos, climáticos e geológicos do território paraibano, no intuito de evidenciar que a Paraíba corresponderia, "vantajosamente, pelo conjunto de seus elementos físicos, ao emprego dos dinheiros públicos despendidos em seu benefício" (ALMEIDA, 1994: 41).

Se o principal problema da Paraíba era a seca, não menos grave era o abandono do estado por parte do governo federal. O descaso se traduzia pela falta de recursos destinados ao estado, mas também pela ausência de qualquer repartição pública federal em terras paraibanas. Tal "alvitre monstruoso" só poderia se dar pela "ignorância" da natureza do estado "na integridade da sua formação" (ALMEIDA, 1994: 41). Haveria não só um total desconhecimento sobre os pontos positivos da natureza e história da Paraíba, mas também sobre os "infortúnios" causados pelas secas no estado.

Descontente com a centralidade ocupada pelo Ceará na política de socorros, José Américo constrói seu argumento para demonstrar que é na Paraíba que deveriam ser concentrados os recursos, uma vez que: 1) o estado seria tão ou mais assolado pelas secas que o Ceará, sendo atingido em quase sua totalidade; 2) a geografia local, com suas serras e seus boqueirões, favoreceria a construção de grandes reservatórios de água; e 3) o povo paraibano reuniria o que há de melhor das raças branca e indígena, sendo capaz de prosperar desde que garantidos os meios materiais.

Para José Américo, o "martírio dos paraibanos", ao contrário do sofrido pelos cearenses, ainda permaneceria "inédito", dando a falsa impressão de que o estado não sofria com as secas. O autor constrói, então, o que denomina de "martirólogo", uma cronologia das secas, seguida de seus efeitos deletérios (ALMEIDA, 1994: 161-162). Conforme vai avançando em sua cronologia, o autor vai carregando nas tintas na descrição dos "infortúnios" e "desgraças" sofridas, que teriam atingido o ápice durante a

seca de 1877. Esta teria sido tal que, em Pombal, a retirante Dyonisia dos Anjos "roubara" uma menina de 5 anos que teria decapitado e comido. Mesmo os proprietários mais abastados e os temíveis cangaceiros fugiram da fome.

Para além da fome e da mortalidade, o autor sublinha os efeitos de desagregação moral resultantes do fenômeno, que colocava em risco a honra das donzelas sertanejas. A perambulação dos retirantes do sertão para o "lameiro" (Brejo Paraibano) é também repisada. Para José Américo, os problemas não estariam restritos às áreas afetadas, já que os retirantes que iam para as áreas mais úmidas causavam epidemias, aumentavam a prostituição e saqueavam o comércio.

O flagelo das secas, expresso na imagem de sofrimento físico e moral do retirante, surge como o grande argumento para justificar a necessidade de investimento em obras contra as secas. Ao sentimento de pena, liga-se o temor da invasão de "hordas" que poderiam, a qualquer momento, invadir as áreas mais abastadas, cometendo todo tipo de crimes, desde saques até a antropofagia, ameaçando a saúde e a moral das famílias com seus corpos "nus". Esse sentimento dúbio, de compaixão e temor, despertado pelo retirante, irá acompanhar as obras de José Américo e grande parte da literatura sobre as secas.

Juntamente com a descrição dos efeitos desagregadores das secas, o autor cita as políticas de socorros, demonstrando sua total ineficiência e também o "abandono" sofrido pelo estado. Até 1877, a ação do governo monárquico estaria restrita ao repasse de verbas para a compra de alimentos pelas províncias e municípios afetados, a chamada "esmola pública". A partir daquele ano, o governo passou a utilizar os retirantes como mão de obra na construção de açudes e estradas, tornando-os cassacos².

Tais obras, criticava José Américo,

2. Cassaco é um pequeno gambá, também conhecido na Paraíba por timbu. No romance *Cassacos*, sobre a seca de 1915, Cordeiro de Andrade identifica-os genericamente com os "retirantes". Segundo Oswaldo Lamartine de Faria, no Nordeste, o cassaco seria "o simples sertanejo de rêde-nas-costas que vive no ciganismo do trabalho das construções públicas" (cf. <www.consciencia.org/cassaco-nordestinos>). Ignez Mariz (1937) ressaltou ainda que o cassaco é um animal marsupial, que carrega sempre os filhos "a tiracolo".

ficavam a cargo de "chefes políticos locais" que, além de "consumirem avultadas quantias no interesse partidário", não obedeciam a critérios técnicos, desaparecendo "aos primeiros invernos" (ALMEIDA, 1994: 301). Esse quadro iria mudar, segundo o autor, apenas com o governo de Epitácio e o fortalecimento da estrutura do órgão federal de combate às secas.

Assim como muitos pensadores da época, José Américo via na grande açudagem a maneira mais eficaz de armazenar água para os momentos de crise, assim como de garantir trabalho para a população flagelada. Nesse sentido, a "estrutura" do sertão seria singularmente vantajosa, bastando "'restaurar a terra', fechar os boqueirões" (ALMEIDA, 1994: 382).

Depois de demonstrar as vantagens geográficas do investimento no estado, o autor disserta sobre os benefícios oferecidos pelo povo paraibano em geral e, em especial, pelo sertanejo. A visão negativa do mestiço, expressa pela maioria dos intelectuais brasileiros até pelo menos a década de 1930, engrossava as críticas sobre os gastos com os socorros a essas populações. José Américo dedica um capítulo inteiro para desfazer essa visão e justificar o interesse nacional na preservação do sertanejo, espécie de ícone da nacionalidade, que guardaria as características mais nobres das raças originárias. Para o autor, "o que se atribui a uma desgraça hereditária é, simplesmente, um mal social", fruto de um meio "de péssima organização econômica e de analfabetismo esterilizador" (ALMEIDA, 1994: 537).

O sertanejo mestiço, beneficiário direto das políticas contra as secas, não seria um "decaído" ou "desequilibrado funcional" incapaz de trabalho produtivo, como sentenciavam Euclides da Cunha e Oliveira Viana. Apoiando-se no elogio que Alberto Torres faz ao mestiço brasileiro em *O Problema Nacional Brasileiro*, José Américo ressalta a capacidade produtiva do sertanejo, mesmo sob as condições mais precárias.

Fornecidas as condições mínimas de sobrevivência, como garantia de água, alimento, saneamento, instrução e trabalho, o sertanejo poderia se desenvolver plenamente. Além disso, era necessário fixar esse elemento em seu "habitat". Todas essas questões, escreve, seriam resolvidas com as grandes barragens, intervenção que teria por si só "um alcance decisivo" (ALMEIDA, 1994: 554).

Em 1928, José Américo retomou o tema da seca em *A Bagaceira*, livro que alcançou projeção nacional e considerado o marco fundador da literatura regionalista do Nordeste. Ambientado em uma fazenda no Brejo Paraibano, o romance se inicia com a chegada de um grupo de retirantes que fugia da seca de 1898 e buscava trabalho. O grupo é descrito como "uma ressurreição de cemitérios antigos", "esqueletos redivivos, com o aspecto terroso e o fedor das covas podres", "fantasmas estropiados" e "adelgaçados na magreira cômica". "Não tinham sexo, nem idade, nem condição nenhuma. Eram os retirantes. Nada mais" (ALMEIDA, 2004: 8). Reaparecem no romance os temas da degeneração física e moral dos retirantes devido "[à] libertinagem das secas", o êxodo forçado e a exploração a que ficavam sujeitos (ALMEIDA, 2004: 38). Ao mesmo tempo, os sertanejos são definidos como movidos pelos seguintes "sentimentos fundamentais": a "dignidade da família e o apego à gleba" (ALMEIDA, 2004: 98).

Esse era o espírito que animava o "Ministro" que aprovou o novo regulamento do IFOCS, por meio do Decreto no 19.726, de 20 de fevereiro de 1931, dando destaque à construção de açudes e canais de irrigação. No decreto, há uma sessão dedicada às "Medidas de Emergência" a serem tomadas em caso de seca prolongada, abrindo a possibilidade de realização de trabalhos não previstos no plano e que tivessem como fim "o socorro imediato às populações atingidas pelos efeitos das secas" (Art. 5º). É prevista, ainda, a criação de hospedarias em zonas não atingidas pelas secas para abrigar os retirantes, que destas seriam encaminhados às "colônias de trabalhadores" (Art. 6º) e o fornecimento de transporte aos retirantes que, passada a seca, quisessem voltar aos seus lugares de origem (Art. 7º).

Outro ponto, que diferencia esse decreto das demais regulamentações do órgão, é a maior centralização das decisões, incluindo a nomeação para cargos técnicos e administrativos, como fica claro no Art. 50, Sessão V, que determina que: "Não será admitido para os serviços de escritório nenhum empregado, mensalista, diarista ou contratado, sem prévia autorização do ministro".

O subdistrito responsável pelos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte passou a ficar sediado em João Pessoa. Como já

havia ficado claro no ensaio de 1923, o futuro ministro considerava a ausência de repartições federais um grande problema da Paraíba, já que a verba destinada às obras e socorros ficava submetida aos caprichos da elite política local.

A partir do decreto de 1931, as obras dos grandes açudes passaram a ser executadas diretamente pelo IFOCS. Até então, havia previsão de execução pelos próprios estados, com recursos da União ou mediante concorrência pública (Decreto 13.687/1919, Art. 27).

A gestão de José Américo à frente do Ministério da Viação (1930-34) favoreceu a criação de diversas repartições federais no interior da Paraíba. O próprio ministro, acompanhado do presidente Getúlio Vargas e do ministro da Agricultura, o cearense Juarez Távora, visitaram os municípios sertanejos durante a seca de 1932. A viagem foi acompanhada pelo jornalista pernambucano Orris Barbosa, que publicou em livro o relato da viagem. Barbosa escreve entusiasmado que "as obras contra as secas, realizadas em 1931-33, salvaram a reputação da Revolução de Outubro, perante a história", deixando suas marcas nos 22 açudes públicos concluídos durante o governo provisório, além de canais de irrigação e estradas (BARBOSA, 1998: 79).

Durante os anos de 1953 e 1954, José Américo voltou a ocupar o cargo de ministro de Viação e Obras Públicas em meio à crise deflagrada por outra "grande seca". Essa gestão foi importante para a finalização das obras na barragem Mãe D'Água, além da construção das rodovias Patos-Piancó, Coremas-Piancó, São Gonçalo-Coremas-São Bento, do ramal rodoviário Mãe D'Água-Barragem de Lages e do campo de pouso de Coremas, todos na região de Coremas (ALMEIDA, 1981: 42-59). Além de sua atuação no Ministério, outros investimentos foram mobilizados por ele durante sua gestão como senador (1934-1935 e 1947-1951) e como governador (1951-1956).

D[EUS].N[ÃO].O[OLHA].C[ASSACO]. S[SOFRER] EM COREMAS

Getúlio Vargas quando ditador/ Aqui lançou a
pedra fundamental/ Estevam Marinho foi o
grande engenheiro/ Desse mar colossal/ Foi
audácia do Estado Novo/ Muitos cassacos em
Coremas trabalharam/ A cafuringa as pás e as
enxadas/ Esse açude edificaram eu vi
Coremas passado e presente (ALMEIDA, 2004:
3)

A estrutura mobilizada para a construção dos açudes públicos, como o de Coremas, foi notável. De uma hora para outra, pequenos povoados passaram a contar com uma estrutura burocrática federal com escritórios e oficinas, mas também com clube, carros e cinemas nos quais desfilavam engenheiros da capital e muitos estrangeiros. Era o Estado moderno chegando ao sertão.

Coremas localiza-se no vale do rio Piancó, na região do Alto Sertão. O povoado "Boqueirão de Curema" era um distrito de Piancó, elevado à categoria de vila pelo decreto nº 39 de 17 de maio de 1938, e à de município, com a denominação de Coremas, pela lei estadual nº 1005, de 30 de dezembro de 1953. Coremas teve seu maior incremento populacional em meados da década de 1930, com a construção do açude de mesmo nome.

Com o início das obras desse açude, a área do povoado antigo, na margem direita do rio Piancó, foi ocupada desordenadamente pelos trabalhadores de baixa especialização (entrevista com Chiquinha Guedes, 2009). Na outra margem do rio, foi construído o "Acampamento" da Inspeção para alojar os servidores do órgão, "[113] casas bem ventiladas, arborizadas com árvores frutíferas, jardinagens exuberantes, água encanada e energia elétrica" (SILVA FILHO, 1996: 110).

Além das casas, foram construídos no acampamento: a primeira escola do município, o primeiro hospital, a primeira cooperativa, maternidade, hotel, apiário, agência de correios e telégrafos, cadeia, capela, horta, pomar, *club* recreativo, praça de esportes, campo de futebol, a primeira piscina do estado, cinema para 180 pessoas e uma agência da Ford.

Segundo a memorialista coremense Chiquinha Guedes, toda a elite queria morar no Acampamento. A vida social da cidade passou a girar em torno do Dnocs, com seus bailes de carnaval, sessões de cinema e *club* recreativo (entrevista, 2009). Silva Filho lembra que mesmo os apitos, que marcavam os horários de trabalho dos funcionários do órgão, passaram a ser algo "bastante tradicional na vida diária da cidade" (SILVA FILHO, 1996).

A construção dos açudes e estradas mobilizou grande número de trabalhadores organizados de maneira precária nas "obras de emergência contra as secas", ou simplesmente "emergências", segundo denominação regional.

A "fôlha de pagamento dos operários

empregados nos serviços de construção do açude público 'Curema' referente ao mês de dezembro de 1937, registrou 1.610 operários. No mesmo período, um resumo dos trabalhadores da estrada de rodagem São Gonçalo-Coremas registrou mais 257 pessoas. Em fevereiro do ano seguinte, a obra registrou 1.717 pessoas para o mês de fevereiro e, em dezembro, o órgão ainda mantinha em sua folha 1.539 operários, além dos "mensalistas" do órgão.

O açude foi inaugurado por Getúlio Vargas em 1940, mas terminou apenas em 1942. Em 1941, a folha do mês de março registrou 1.083 operários. Com a finalização da barragem, parte dos trabalhadores partiu para trabalhar em outras obras que proliferavam pelo sertão. Muitos ainda permaneceram no local, sendo absorvidos em obras de rodovias da região, como a conservação dos ramais Coremas-São Gonçalo e Coremas-Aguiar.

O ano de 1942 foi um ano de grave seca. O decreto-lei 4.228, de 2 de abril de 1942, liberou um "crédito especial" para o MVOP de "7.970:000\$0 para as despesas em obras rodoviárias", como a finalização do ramal do Cariri e a construção do trecho Jardim do Seridó-Caicó, no sertão paraibano. Em 14 de julho de 1942, foi publicado o decreto-lei nº 4.475, cujo parágrafo único destinava ao MVOP o "crédito especial de 12.000:000\$0 (doze mil contos de réis)" para as despesas com as obras já aprovadas, "tendo em vista a atual situação do Nordeste assolado pela seca".

As obras da barragem Mãe D'Água foram iniciadas também nesse ano. A folha de pagamento do IFOCS/Comissão do Alto Piranhas, de dezembro de 1942, "do pessoal para as obras que trabalha nos serviços de construção do açude público 'Mãe D'Água'", estava baseada no decreto citado acima e tem como título "crédito especial". Nela estão cerca de 360 trabalhadores.

Com a seca de 1951-53, a verba do Dnocs, que era de Cr\$ 219.244.762,10, "foi reforçada com recursos da emergência" que totalizaram Cr\$ 218.750.000,00 (SUDENE, 1981). Em 1952, a folha de pagamento do açude Mãe D'Água chegou a contar com 778 trabalhadores. Em abril de 1954, havia 584 pessoas na folha. No mesmo período, a folha de pessoal para as obras de Mãe D'Água, marcada com a anotação "serviços extraordinários", contava com mais 383 trabalhadores. A folha de maio registrou 707

trabalhadores e mais 417, de serviços especiais.

A barragem Mãe D'Água foi inaugurada em 1957 por Juscelino Kubitschek. No ano seguinte, segundo publicação da Sudene, "a seca surgiu com intensidade bem superior às registradas após 1919". Entre as medidas adotadas, "abriu-se frentes de trabalho em todos os locais que se fizesse necessário atender a um número razoável de necessitados locais, ou transferi-los em veículos do Dnocs, quando este número não justificasse uma frente de serviço" (SUDENE, 1981: 34).

O decreto nº 43.686, publicado em 7 de maio de 1958, considerando, entre outros, "a calamidade que assola o Nordeste e a necessidade de proporcionar aos órgãos do Governo os meios necessários para dar assistência às vítimas da seca" e "a necessidade de serem atacadas obras e serviços de emergência, assim como a impossibilidade de atender ao crescente número de flagelados com os recursos normais do Orçamento da União", concedeu ao MVOP o crédito extraordinário de Cr\$2.000.000.000,00, destinado à realização de obras e serviços de assistência às vítimas da seca, através do Dnocs, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, do Primeiro Grupamento de Engenharia e do Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Metade da verba foi destinada ao Dnocs. O segundo distrito do órgão, com sede em João Pessoa, ficou com 50 milhões de cruzeiros da verba extraordinária para o exercício de 1958 (Ofício Dnocs 1150C, de 30/08/1958).

Entre as folhas de pagamento do Dnocs para esse ano, estão as do pessoal que havia trabalhado nas obras de "irrigação e exportação d'água dos açudes Curema e Mãe D'água". No item "Classificação da despesa", há a anotação "Defesa c/as Secas do Nordeste (artº 198 da Constituição Federal)". No mês de fevereiro, a folha de pagamento tem apenas duas páginas, em março já são seis, mais uma outra folha com duas páginas e a anotação "(extraordinário)". Em outubro de 1958, a folha dos operários que trabalharam na rodovia Coremas-Aguiar tinha 12 páginas e 684 trabalhadores. A de dezembro, tem 28 páginas e 1.627 trabalhadores. O pagamento dessas folhas ocorreu apenas no ano seguinte, com base no decreto nº 46.432, de 15 de julho de 1959, que destinou ao MVOP "o

crédito especial de Cr\$ 3.750.000.000,00". Em 1962, uma nova seca mobilizou frentes de trabalho na região.

De 1935 até os primeiros anos da década de 1960, um grande número de trabalhadores de baixa especialização foi ocupado nas obras em Coremas. O moderno conforto do Acampamento em nada lembrava as condições dos cassacos, que, além de trabalharem com ferramentas inadequadas, ficavam "reféns do barracão", devido ao atraso dos salários (MARIZ, 1994; ANDRADE, 1934). Em *Coremas seu lugar na história*, Edvaldo Brilhante relembra uma brincadeira de infância com a sigla Dnocs que, de Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, virava "Deus Não Olha Cassaco Sofrer".

Além dos denominados retirantes, alguns dos cassacos eram antigos trabalhadores rurais da região deslocados com a formação dos açudes.

Os estudos nos boqueirões de Curema e Mãe D'água começaram a ser realizados logo após a criação do IOCS em 1909. Na publicação, que resultou das observações coletadas em expedição chefiada pelo engenheiro Miguel Arrojado Lisboa (então responsável pela Inspeção) e o geólogo Roderic Crandall em 1910, os profissionais destacam as vantagens da curiosa geografia da região, com dois rios, o Piancó e o Aguiar, cortando a serra de Santa Catarina em dois pontos, distantes apenas cerca de 4 km um do outro (CRANDALL, 1977).

A descrição do local, acentuando as vantagens da construção de dois açudes contíguos, leva o leitor a acreditar que a área a ser inundada seria uma espécie de vazio populacional. Há uma vaga menção à ocupação do local, através do registro de perdas agrícolas em anos anteriores devido à enchente dos rios. O autor aponta, ainda, o baixo custo da desapropriação, devido à pequena área que o açude iria inundar.

Entretanto, durante os levantamentos feitos para a desapropriação da área, foram levantados 888 lotes, ou sítios, conforme denominação local. Os estudos começaram logo após a instalação do Dnocs no local, e muitas áreas foram adquiridas rapidamente, através de termos de ajuste assinados no escritório do órgão em Coremas. O processo total de desapropriação dos lotes, entretanto, ainda não havia se completado em 1969, de acordo com o documento de 10 de novembro daquele ano, intitulado: "Relação dos proprietários não

indenizados, cujas propriedades encontram-se encravadas na bacia hidráulica do açude público Sistema Curema-Mãe D'Água", que lista 34 processos pendentes.

Os estudos realizados para as desapropriações descrevem as atividades produtivas dos lotes, mas a mera descrição das benfeitorias não deixa clara a real quantidade de pessoas que sobrevivia da agricultura.

O processo referente aos lotes de João Pereira de Oliveira, por exemplo, revela uma realidade oposta à de "vazio". A avaliação de uma de suas propriedades, com 310 hectares, lista as seguintes benfeitorias: 325 pés de oiticicas grandes, 281 pés de oiticicas médias, 242 pés de oiticicas pequenas, 515 carnaubeiras grandes, 222 carnaubeiras médias, 589 carnaubeiras pequenas, 1.714 juazeiros grandes, 870 mandacarus grandes, 31 juazeiros grandes, 50 canafístulas, 59 ingazeiras, 18 goiabeiras, 12 ateiras, 1 laranjeira, 4.352 palmas, 2 cajueiros, 10 agaves, 12 casas de taipa (cobertas de telhas com piso de barro batido, em bom estado de conservação, totalizando 1.006,10 m² de área coberta), 3 sôtãos de madeira roliça, 2.460m de cercas de madeira trançada em bom estado de conservação, 1.370m de cerca "em sofrível estado de conservação" e dois "açudinhos de terra (construção tósca)" com 246,250 m³.

Tanto o algodão como a oiticica, principal produção da região durante a primeira metade do século XX, mobilizam grande número de mão de obra em determinados momentos do seu ciclo, número que fica encoberto no relatório. O fato de a propriedade ter 12 casas de taipa indica a presença de, pelo menos, 12 famílias de agricultores em regime de moradia. Não há nenhuma menção a elas ou às culturas de subsistência, tradicionalmente cultivadas em torno das casas dos moradores.

Outra propriedade, com área bem acima da média, listada na relação dos lotes é a de nome Navio, com 400 ha. Segundo contam seus antigos moradores, o sítio Navio era um povoado negro localizado em um grande baixio nas margens do "Riacho Seco" (rio Aguiar), propício para a cultura do arroz e de outros plantios "de vazante". Além das roças, havia muitas criações, sendo lembrado como local da abundância, das festas e da vida em família. Com o desaparecimento do Navio, seus moradores espalharam-se. Conforme as águas foram subindo, contam estes, as casas foram também se

encostando e subindo as serras que circundavam o povoado (entrevista Francisca, 2009). Algumas famílias foram para as cidades próximas, como Piancó, Souza e Pombal, ocuparam o bairro de Cabo Branco, na periferia da cidade de Coremas, ou fixaram-se em Mãe D'Água, na vila operária e no lugar conhecido por "britador" (entrevista Desterro, 2009).

Assim como no caso dos moradores da propriedade de João Pereira Oliveira e de outras não houve, na época, nenhuma política para o reassentamento dessa população. Alguns habitantes do antigo povoado trabalharam na construção da barragem. Seu José Vicente de Souza, conhecido como "Lampião", tornou-se funcionário do órgão e sua família habita até hoje uma das casas do Dnocs. Poucos foram, porém, os empregos formais, tendo a maioria da população trabalhado em frentes de emergências, como é o caso de Desterro que, quando criança, trabalhou na pedreira ("britador"), quebrando pedra junto com a avó e outras famílias do antigo povoado.

A única política compensatória levada a cabo pelo Dnocs, em Coremas, diz respeito à indenização dos proprietários desapropriados. De acordo com o Decreto nº 19.726/1931, a área desapropriada incluiu não só o trecho de terras onde se formou o lago dos açudes, mas também as terras que se tornaram "irrigáveis", compreendendo grande parte do município.

Essas áreas foram divididas em lotes para serem arrendados, conhecidos localmente por "rendas". Até 1950, não havia nenhuma previsão nos regulamentos do órgão para o assentamento da população que era "flagelada" e virou mão de obra no açude, nem para os moradores das propriedades desapropriadas. Ao contrário, o Art. 20 do Decreto nº 19.726/1931, único a tratar do assunto, determinava que, no caso de "a Inspeção lotear, vender ou arrendar as terras irrigáveis de sua propriedade terão preferência na compra ou arrendamento desses lotes os proprietários de terras limítrofes à bacia hidráulica".

A ação do Dnocs na área desestabilizou a organização produtiva e social do lugar. No caso do povoado Navio, sua ação significou a desagregação da comunidade, cujos membros se reorganizaram individualmente. Em sua pesquisa sobre a política de irrigação implementada pelo Dnocs na década de 1970, Anthony Hall (1981) anota que os altos custos sociais de remoção não

eram levados em consideração na hora de formular os projetos de viabilidade encomendados pelo governo. Tal descaso implicaria uma agudização da situação de precariedade da população, para a qual tais políticas se justificavam. Hall marca essa contradição no subtítulo de seu artigo, no qual questiona: a política de irrigação seria contra as secas ou contra os camponeses (*anti-drought or anti-peasant*)?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. (1988). Falas de astúcia e de angústia: A seca no imaginário nordestino – de problema à solução. Campinas: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil/UNICAMP.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. (1995). Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 28, p. 111-120.

ALMEIDA, José Américo de. José Américo de. (1981). As secas do Nordeste (exposição lida na Câmara dos Deputados em 10-11-1953 – debates e repercussão). Mossoró: Fundação Casa de José Américo/Fundação Guimarães Duque.

ALMEIDA, José Américo de. (1994). A Paraíba e seus Problemas. Brasília: Senado Federal/Fundação Casa de José Américo.

ALMEIDA, José Américo de. (2004). A Bagaceira. Rio de Janeiro: José Olímpio.

ALMEIDA, Severino Lopes de. 2004. Coremas passado e presente. Coremas: mimeo.

ANDRADE, Cordeiro de. (1934). Cassacos. Rio de Janeiro: Andersen Editores.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de; LOGATTO, Rosângela. (1994). Imagens da seca de 1877-78 no Ceará: uma contribuição para o conhecimento das origens do fotojornalismo na imprensa brasileira. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 114.

- ARTIGAS DE GODOY, José Henrique. (2003). Os Nordeste de Freyre e Furtado. *Política e Sociedade*, v. 12, n. 24, p. 61-88.
- BARBOSA, Orris. (1998). Seca de 1932: Impressões sobre a crise nordestina. Mossoró: ETRN-UNED.
- CUNNIFF, Roger. (1975). The birth of the drought industry- imperial and provincial responses to the great drought in northeast Brazil (1877–1880). *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, vol. VI, n. 1 e 2.
- CRANDALL, Roderic. (1977). Geografia, Geologia, Supprimento d'Agua, Transportes e Açudagem nos Estados Orientaes do Norte do Brasil: Ceara, Rio Grande do Norte, Parahyba. Brasil: Dnocs.
- HALL, Anthony. (1981). Irrigation in the Brazilian Northeast: anti-drought or anti-peasant?. In: SIMON, Mitchell (org.). *The logic of poverty: the case os the Brazilian Northeast*. London: Routledge.
- LEWIN, Linda. (1993). Política e parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record.
- MARIZ, Inez. (1994). *A Barragem*. João Pessoa: A União.
- MONTEIRO, Manoel. (2008). José Américo – Ministro das secas e pai da bagaceira. Campina Grande: folheto de cordel.
- POMPONET, André. (2010). 100 anos de Dnocs: marchas e contramarchas da convivência com as secas. Apresentação Oral – Instituições e Desenvolvimento Social na Agricultura e Agroindústria da Bahia, Feira de Santana. Disponível em : <<http://www.sober.org.br/palestra/13/253.pdf>> Acesso em: ago. 2010.
- SILVA FILHO, Edvaldo Brilhante. (1996). *Coremas, seu lugar na história*. João Pessoa: Geografic.
- SUDENE. (1981). *As secas do Nordeste (Uma abordagem histórica de causas e efeitos)*. Recife: Sudene-DNER.